



**MIP HOLDING S/A**  
CNPJ: 05.927.472/0001-08

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Temos a satisfação de apresentar os resultados econômicos e financeiros da MIP Holding S.A. nos exercícios de 2022 e 2021. A MIP Holding S.A. é uma holding pura, controladora das empresas do GRUPO MIP que são: a MIP Engenharia Ltda, a MIP Construtora Ltda, a MIP Investimentos e Participações Ltda e a Multilift Logística Ltda. Cada empresa possui gestão independente, constituída por Diretoria própria e com autonomia de atuação. As Diretorias de cada uma das empresas do GRUPO MIP respondem ao Conselho de Administração da MIP Holding S.A. O Conselho de Administração da MIP Holding S.A. é composto por seis Conselheiros, sendo três deles Conselheiros Independentes, com diversidade de formação e experiência, essenciais para implementar ações estratégicas de forma ética, transparente e confiável. Como responsável pela Governança do GRUPO, o Conselho de Administração é o guardião da cultura e do Compliance de todas as empresas, garantindo que suas atuações estejam dentro dos mais elevados princípios éticos, em linha com a missão da MIP Holding S.A. O Conselho conta com o apoio de dois órgãos de assessoramento: o Comitê de Auditoria Riscos e Compliance e o Comitê de Investimentos, que têm como objetivo analisar os temas de suas atribuições com maior profundidade e assertividade. O Conselho de Administração encoraja as empresas na adoção de ações que visem garantir a sustentabilidade e a longevidade do GRUPO MIP e na incorporação de políticas de caráter social e ambiental. No exercício de 2022 a MIP Holding S.A. apresentou receita bruta consolidada de R\$ 975.212 mil e lucro líquido de R\$ 7.568 mil com redução, tanto na receita quanto nos lucros, em relação ao ano anterior.

A MIP Engenharia desde 1961 executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, principalmente nos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo-gás e celulose. No ano de 2022 a empresa apresentou receita bruta de R\$ 752.195 mil e prejuízo líquido de R\$ 3.648 mil. O resultado negativo foi consequência de obras contratadas antes da pandemia e realizadas durante a mesma, que tiveram seus custos bastante impactados. Quase todas estas obras já foram concluídas ou estavam em fase final de conclusão no encerramento do período. Para o ano de 2023 a empresa dispõe de novos contratos em condições bem mais favoráveis, com expectativa de reverter o prejuízo e apresentar rentabilidade compatível com o seu histórico. A MIP Construtora desde 1992 atua como incorporadora imobiliária em Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com edificações residenciais e comerciais de alto luxo, loteamentos e condomínios horizontais. No ano de 2022 apresentou receita bruta de R\$ 81.916 mil e lucro líquido de R\$ 13.346 mil. Embora o volume de vendas tenha sido praticamente o mesmo de 2021, os valores de receita e de lucro contábeis são inferiores aos do ano anterior devido à utilização do POC, que registra estes valores apenas na proporção do avanço da obra e, em 2022, tivemos a maioria das obras em estágios iniciais de construção. Em 2022 a MIP Construtora iniciou as atividades da sua subsidiária Janeiro Engenharia Ltda, que atua no mesmo escopo da Construtora, mas em imóveis de segmento mais econômico. A Multilift Logística desde 1995 atua no setor de logística através de operação portuária, principalmente no Porto de Vitória/ES, e operação de terminais retroportuários

e intermodais no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. No ano de 2022 apresentou receita bruta de R\$ 141.101 mil e lucro líquido de R\$ 12.006 mil. A MIP Investimentos e Participações desde 2018 atua no setor de infraestrutura, com investimentos nos setores de saneamento, energia fotovoltaica e tratamento de resíduos químicos. Seus principais investimentos buscam a sustentabilidade em consonância com as diretrizes da COP26 (ESG/ Carbono Zero). Por estar ainda na fase de investimentos, não apresenta resultados positivos. Todas as empresas do GRUPO MIP conduzem seus negócios de acordo com os padrões éticos e morais mais elevados, e as pessoas que fazem parte desse GRUPO estão sempre empenhadas em desenvolver e aprimorar a cultura organizacional fundamentada na ética e na integridade. Para isso, possuem Matriz de Riscos dos Negócios, Código de Ética e Conduta e Canal de Denúncias que garante o sigilo e a não retaliação aos participantes. Nossos valores: Seriedade, Integridade, Inovação, Segurança das Pessoas, Compromisso com os Resultados e Responsabilidade Social e Ambiental estão fortemente disseminados na cultura das empresas e são o estio da nossa atuação. Temos a convicção que só o trabalho sério, honesto, focado no envolvimento e no desenvolvimento das pessoas e no compartilhamento dos resultados por todos, pode levar uma empresa ao sucesso. Agradecemos a confiança que com todos os nossos stakeholders sempre nos distinguiram, especialmente os nossos clientes, esperando continuar contribuindo com o esforço e a dedicação de todas as nossas pessoas para o crescimento e o desenvolvimento do nosso país. **Marco Antonio Andrade Carneiro** - Diretor Presidente

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.082	10.767	94.351	69.641	Fornece-dores	13	9	-	40.426	48.028
Contas a receber	6	186	-	185.761	232.612	Passivo de arrendamento	15	-	-	6.365	7.758
Estoques	7	-	-	73.147	55.527	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	26.133	59.807
Tributos e contribuições a recuperar	398	218	-	9.677	12.727	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	6.199	4
Despesas pagas antecipadamente	3	-	-	838	914	Transações com partes relacionadas	8	60	7	6.737	7
Transações com partes relacionadas	16/8	1.565	9.054	100	235	Tributos e contribuições sociais	164	258	12.186	22.974	
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	5.364	4.154	Obrigações trabalhistas	46	27	22.191	26.454	
Outros ativos	-	-	-	187	3.141	Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	-	-	2.014	505
		<b>6.234</b>	<b>20.226</b>	<b>373.065</b>	<b>378.951</b>	Adiantamento de clientes	6	-	-	24.382	33.585
						Dividendos e juros sobre o capital próprio	16	34.335	49.453	35.622	49.523
						Outras contas a pagar				8.847	6.731
										<b>34.615</b>	<b>49.745</b>
										<b>188.116</b>	<b>255.376</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	6	-	-	47.974	46.808	Passivo de arrendamento	15	-	-	6.736	11.750
Estoque	7	-	-	5.036	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	50.922	25.967
Depósitos judiciais	9	-	-	7.130	5.605	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	7.884	118
Tributos diferidos	21	675	515	12.526	5.501	Provisões para riscos	9	-	-	16.460	15.800
Tributos e contribuições a recuperar	21	-	-	86	86	Transações com partes relacionadas	8	-	-	57.935	17.049
Transações com partes relacionadas	8	-	-	16.004	9.962	Provisão para perdas com investimentos	10	-	-	13.425	6.766
Outros ativos	-	-	-	2.061	1.662	Dividendos e juros sobre o capital próprio	16	-	-	1.240	77.449
		<b>675</b>	<b>90.821</b>	<b>69.624</b>	<b>69.624</b>					<b>156.602</b>	<b>77.449</b>
Investimentos	10	246.507	243.114	4.497	7.929	<b>Patrimônio líquido</b>					
Imobilizado	11	-	-	94.350	93.319	Capital social	101.606	101.606	101.606	101.606	101.606
Ativo de direito de uso	5	-	-	12.808	19.021	Reservas de capital e lucros	114.874	106.795	114.874	106.795	106.795
Intangível	12	-	-	4.103	2.071	Reservas avaliação patrimonial	2.321	5.709	2.321	5.708	5.708
		<b>246.507</b>	<b>243.114</b>	<b>115.758</b>	<b>122.340</b>	Patrimônio líquido atribuível a controladores	<b>218.801</b>	<b>214.110</b>	<b>218.801</b>	<b>214.110</b>	<b>214.110</b>
						Patrimônio líquido atribuído a não controladores	-	-	-	16.126	23.980
						Total do patrimônio líquido	<b>218.801</b>	<b>214.110</b>	<b>234.927</b>	<b>238.090</b>	<b>238.090</b>
						Total do passivo e patrimônio líquido	<b>253.415</b>	<b>263.855</b>	<b>579.644</b>	<b>570.915</b>	<b>570.915</b>

**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	17	-	-	858.475	1.051.493
Custo de construção e serviços prestados	18	-	-	(756.833)	(927.119)
<b>Lucro bruto</b>				<b>101.642</b>	<b>124.374</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	19	(2.531)	(169)	(69.004)	(58.613)
Despesas tributárias		(26)	(57)	(596)	(493)
Resultado de equivalência patrimonial	10	10.489	44.339	(8.878)	(8.882)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(2.610)	(2.360)	921	1.448
		<b>5.321</b>	<b>41.753</b>	<b>(76.264)</b>	<b>(67.844)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos</b>				<b>5.321</b>	<b>56.530</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>					
Receitas financeiras	20	2.314	145	14.354	10.283
Despesas financeiras	20	(227)	(382)	(30.999)	(8.322)
		<b>2.087</b>	<b>(237)</b>	<b>(16.645)</b>	<b>1.961</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>				<b>7.408</b>	<b>58.491</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
corrente	21	-	-	(6.529)	(12.711)
Diferido	21	160	278	6.290	(248)
		<b>160</b>	<b>278</b>	<b>(239)</b>	<b>(12.959)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>7.568</b>	<b>45.532</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Controladores		7.568	41.794	7.568	41.794
Não controladores		-	-	926	3.738
		<b>7.568</b>	<b>41.794</b>	<b>8.494</b>	<b>45.532</b>

**Demonstrações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)**

Reservas de lucros	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação reflexa	Lucros acumulados	Total do patrimônio	
							Acionistas controladores	Acionistas não controladores
	<b>101.606</b>	<b>7.845</b>	<b>1.243</b>	<b>100.478</b>	<b>6.001</b>	-	<b>217.173</b>	<b>22.821</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>400</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>601</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>192</b>
	-	-	-	(44.564)	-	-	(44.564)	<b>(1.700)</b>
	-	-	-	-	-	41.794	41.794	<b>(46.264)</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>3.738</b>
	-	-	-	-	-	(2.090)	(2.090)	<b>(2.095)</b>
	-	-	-	39.704	-	(39.704)	-	<b>-</b>
	-	-	-	-	(630)	(630)	(630)	<b>8</b>
	-	-	-	-	337	337	337	<b>345</b>
	<b>101.606</b>	<b>7.845</b>	<b>3.333</b>	<b>95.618</b>	<b>5.708</b>	-	<b>214.110</b>	<b>23.980</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>(304)</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>262</b>
	-	-	-	(719)	-	(719)	(719)	<b>(9.253)</b>
	-	-	-	-	-	7.568	7.568	<b>926</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>8.494</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>926</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>(2.095)</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>(486)</b>
	-	-	-	1.229	(1.674)	-	(445)	<b>(41)</b>
	-	-	-	-	(1.627)	-	(1.627)	<b>(1.787)</b>
	<b>101.606</b>	<b>7.845</b>	<b>3.711</b>	<b>103.318</b>	<b>2.321</b>	-	<b>218.801</b>	<b>16.126</b>
	-	-	-	-	-	-	-	<b>234.927</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		7.568	41.794	8.494	45.532
Ajuste de avaliação patrimonial	(445)	(630)	(486)	(621)	
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	(86)	338	(89)	345	
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	(2.465)	-	(2.708)	-	
Efeito tributário de Hedge de fluxo de caixa	-	-	921	-	
Resultado abrangente do exercício		<b>5.410</b>	<b>41.502</b>	<b>6.132</b>	<b>45.256</b>
Atribuível a:					
Controladores		5.410	41.502	5.410	41.502
Não controladores		-	-	722	3.754
		<b>5.410</b>	<b>41.502</b>	<b>6.132</b>	<b>45.256</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A MIP Holding S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. A Companhia retine as participações acionárias das empresas do Grupo MIP ("Grupo") sob uma ótica de direção e controle unificados, visando a otimização dos seus resultados através do aproveitamento das sinergias entre as suas atividades operacionais. As empresas controladas pela Companhia que compõem o Grupo são: • MIP Engenharia Ltda.; • MIP Construtora Ltda.; • Multilift Logística Ltda.; • MIP Investimentos Ltda. A MIP Engenharia, fundada em 1961, executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, tendo trabalhado para quase todas as grandes empresas nacionais dos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo, gás, celulose e outros. A MIP Construtora, fundada em 1992, é uma incorporadora imobiliária, atuando em Minas Gerais principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com edificações residenciais e comerciais de alto luxo e desenvolvimento imobiliário através de loteamentos e condomínios fechados. A Multilift Logística, fundada em 1995, atua no setor de logística através de operação portuária e terminais rodô-ferroviários, sendo atualmente a maior operadora portuária dos berços públicos do Porto de Vitória. A MIP Investimentos foi fundada em 2018 e atua no setor de infraestrutura, com foco nas concessões e PPPs dos setores de saneamento, energia e iluminação pública. **1.1. Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios do Grupo -** A pandemia de infecção por "COVID-19" representa uma séria ameaça à saúde pública, que deve ser tratada de forma prioritária por todos. Ao final do primeiro trimestre de 2020 os casos de infecção da doença se espalharam por todo mundo e afetou de forma distinta as diversas atividades econômicas no País. Diante da propagação da doença e dos alertas emitidos pela Organização Mundial de saúde, a administração do Grupo MIP criou um comitê de monitoramento da doença afim de determinar as diretrizes necessárias para a prevenção do contágio da COVID 19 e instruir os seus colaboradores sobre a importância de seguir os protocolos sanitários como o uso de máscara, distanciamento social, higienização das mãos com álcool em gel e evitar aglomerações. Em função do negócio demandar o uso intensivo de mão de obra, com as restrições impostas para prevenção do contágio, houve uma queda expressiva da produtividade e aumento relevante nos custos dos empreendimentos provocando a queda da rentabilidade. Consequentemente ocorreu uma demanda de recursos para sustentabilidade do negócio. A Empresa também realizou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Coronavírus e, até o momento, não foram identificados impactos significativos que requeiram ações relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não foram incorridas, e não são esperados incorrer no futuro, despesas significativas relacionadas à continuidade dos negócios.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais políticas contábeis:** **2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade - Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). **Bases de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto por ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) que foram mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Os valores contábeis de empréstimos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, foram ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Empresa na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 18 de abril de 2023. As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas abaixo. **2.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas - Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação. **Conversão para a moeda de apresentação -** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro. A seguir são apresentados os percentuais de participação da Companhia em suas controladas e coligadas no encerramento dos exercícios de 2022 e 2021, a saber:

Controladas diretas	Sede	Participação direta ou indireta %	
		2022	2021
MIP Engenharia Ltda.	Brasil	90,86	90,86
MIP Construtora Ltda.	Brasil	95,81	95,81
Multilift Logística Ltda.	Brasil	98,00	98,00
MIP Investimentos Ltda.	Brasil	95,00	95,00
<b>Controladas indiretas</b>	<b>Sede</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
MB Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	95,81	95,81
Martim Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	95,81	95,81
Paiol Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	95,81	95,81
ESM Empreendimentos Imobiliários S.A.			

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Leases*, se incorridas durante a execução. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15/IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. d) *IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros* - A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Empresa aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Empresa durante o período. e) *IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais*. A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base na data de transição da controladora para o IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação e procedimentos para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Empresa não espera efeitos relevantes para as referidas normas - a) *IFRS 17 - Contratos de Seguro* - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 15 (CPC 47) na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17 (CPC 50). Essa norma não se aplica a Empresa. b) *Alteração ao IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante e não circulante* - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. c) *Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis* - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. d) *Alteração ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis* - A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorram em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a divulgação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. e) *Alteração ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação* - Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. 3. Principais políticas e práticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 3.1. **Instrumentos financeiros** - 3.1.1. Instrumentos financeiros ativos - i) **Reconhecimento e mensuração inicial** - Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados pelo valor da contraprestação, conforme contrato com clientes, considerando seus respectivos valores presentes. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) ou, após o início desse período, ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. iii) **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. iv) **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecida no resultado. v) **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. Na baixa, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. vi) **Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. iv) **Provisão para perda esperada de crédito** - As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*) e garantias contratuais. 3.1.2. **Instrumentos financeiros passivos** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa também é reconhecido no resultado. 3.2.1. **Baixa - Ativos financeiros** - O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. O Grupo não realizou transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. 3.2.2. **Passivos financeiros** - O Grupo baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também baixa um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Na baixa de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 3.2.3. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito

legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte 3.2.4. Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) ajustes somente por inflação, sem juros - Em relação às receitas de incorporação imobiliária, na controlada MIP Construtora, as transações são ajustadas a seu valor presente, com base em taxa de juros efetiva, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de receita de incorporação imobiliária, no período pré-chaves, e na rubrica de receitas financeiras, no período pós entrega das chaves. 3.2.7 **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Os instrumentos derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos. Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, e remensurado ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 24. As operações com instrumentos derivativos são designadas como hedge accounting de fluxo de caixa e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidas na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. Quando realizadas, as perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado. a) **Hedge de valor justo** - As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Empresa aplica a contabilidade de hedge de valor justo para proteger contra o risco de taxas de juros fixas e empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". b) **Hedge de fluxo de caixa** - A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger a Empresa da volatilidade do fluxo de caixa atribuída a um risco de variação cambial associado a exposição de dívida indexada ao dólar que afetará o resultado do exercício. A Empresa designa como hedge o valor intrínseco dos instrumentos de proteção contratados. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido, quando aplicável, no resultado do exercício em despesas financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício. Quando um instrumento de hedge accounting de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de hedge accounting, todo ganho ou perda acumulado em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é realizado contra o resultado (na mesma rubrica utilizada pelo item protegido) à medida que o objeto protegido também é realizado contra o resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida pelo hedge ocorra, a variação registrada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do exercício em despesas financeiras, líquidas. A Empresa aplica contabilidade de hedge accounting de fluxo de caixa para certos instrumentos financeiros derivativos contratados com propósito de proteção de risco cambial em transações de dívidas a serem efetivamente desbolsadas. No momento da designação inicial do hedge, a Empresa formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens que são objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento. Atualmente, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962, possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moedas de dólares para reais, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico uma dívida remunerada com base em % do CDI e em reais no balanço patrimonial da Empresa. A Empresa estabeleceu a relação de proteção de 1:1 e trimestralmente realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia e efetividade do hedge. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na nota 21. As movimentações nos valores de hedge registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 22. b) **Ineficácia do hedge** - A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de hedges para captações em moeda estrangeira, a Empresa contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Empresa contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Portanto, a Empresa realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". 3.2. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco e investimentos financeiros com vencimento original em três meses ou menos a partir da data da contratação, com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa. Esses investimentos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 3.3. **Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques das unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidos, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados pelo valor do custo incorrido. Os estoques de imóveis em construção são demonstrados em estoque, correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, quando aplicável). A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de início do empreendimento. Terrenos a incorporar com expectativa de utilização superior a dez meses são classificados como ativos não circulantes. Quando o valor do custo incorrido ultrapassa o valor realizável líquido, o Grupo constitui uma provisão para desvalorização dos estoques, reconhecida no resultado. Os estoques de unidades concluídas estão reconhecidos por valores abaixo do de mercado, não representando riscos de perdas ou desvalorização. 3.2. **Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação que é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O custo inicial de um ativo é composto pelo custo de aquisição ou construção e quaisquer custos adicionais para colocar o ativo em operação. O preço de aquisição ou construção é composto pelo valor justo e pelo valor justo referente às demais considerações entregues para adquirir o ativo. **Custos subsequentes** - Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao item e que os custos do item possam ser mensurados com segurança. **Depreciação** - Abaixo, vida útil estimada das classes de ativos imobilizados do Grupo (controladas):

Descrição dos ativos	Vida útil em anos
Edificações e benfeitorias	1 a 30 anos
Instalações	10 anos
Maquiagem e ferramentas	1 a 30 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	1 a 30 anos
Veículos	1 a 30 anos

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Em 2022, não houve alteração significativa na vida útil e valores residuais dos bens foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. 3.3 **Arrendamentos** - O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. **Ativo de direito de uso** - O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.5. **Passivo de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos em garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera estes pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa tanto a mensuração inicial quanto na remuneração das taxas nominais observáveis. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamentos) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor - O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e outros equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 3.4. **Ativos intangíveis** - Ativos intangíveis são adquiridos pelo Grupo mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução do valor recuperável acumulada. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com reconhecimento no resultado de acordo com o método linear e é baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte: Software: 1 a 5 anos - Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Em 2022 nenhuma alteração na vida útil e mé-

todo de amortização foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. 3.5. **Redução ao valor recuperável (Impairment)** - O imobilizado e outros ativos não circulantes são monitorados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda, e o valor em valor. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2022, não foi identificada perda por valor recuperável a ser registrada. 3.6. **Benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência. 3.7. **Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de risco confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para demandas judiciais** - A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **Provisão para manutenção de imóveis (Garantias)** - As provisões para o custo esperado com a manutenção de imóveis são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação do Grupo. **Ativos contingentes** - Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração do Grupo possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. 3.8. **Tributação - Impostos sobre vendas - Controladas** - As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% a 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% a 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 3% a 5%; e • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de receitas na demonstração do resultado. **Imposto de Renda e Contribuição Social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. 3.10. **Reconhecimento da receita, custos, contas a receber e adiantamentos de clientes** - De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. 30.10.1. **Receita MIP Engenharia** - A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando a conclusão do contrato de construção puder ser confiavelmente estimada, a receita associada é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. Logo, as receitas desse contrato passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira proporcional, de acordo com as medições aprovadas pelo Cliente. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos incorridos na condição de que possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Em linha com o CPC 47, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) que estabelece que a Administração da Empresa é a responsável pelo julgamento do critério de reconhecimento da receita. Com base nesse entendimento e o modelo de negócio da Empresa, a Administração mantém a metodologia do POC para o reconhecimento da receita, tendo em vista que, em síntese, o Ofício-Circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos temporários; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Na avaliação da entidade, quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, a condição sine qua non para a aplicação do POC, é a existência de estrutura de controles internos - framework - com padrão de qualidade adequado para o perfil atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna. O modelo de negócios da Empresa é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de empreendimentos imobiliários em construção ou já concluídos, cujo reconhecimento da receita se dá conforme o seguinte: (i) Nas vendas de unidades em construção, as receitas de vendas foram apropriadas ao resultado à medida do avanço da construção, uma vez que a transferência do controle deve ocorrer de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC - Percentual de Conclusão" para os empreendimentos em construção. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas, iniciados, usualmente, a partir da efetiva formalização do contrato de compra e venda. O custo orçado total dos foi estimado inicialmente quando do lançamento do empreendimento e é revisado regularmente. Eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados da Empresa de forma prospectiva. (ii) Os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. (iii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. (iv) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada e o contrato de compra e venda é firmado. Já para terrenos ou parcelas de terrenos, o resultado é apropriado no momento em que ele reúne condições de ser transferido ao cliente. Em ambas as situações, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. (v) Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. A Empresa e suas controladas contabilizam os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Empresa tem direito. A Empresa constitui provisão para distratos quando, e se, identificar riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos são monitorados para verificar o momento em que essas condições sejam atingidas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais. 3.10.3. **Receita Multitilt** - A receita de prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. **Continua**

A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações. 3.11. Classificação Circulante Versus Não Circulante - Um ativo é classificado no circulante quando: Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e A entidade não tem intenção incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.12. Mensuração do valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente. Os Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 3.3. - Taxa de desconto aplicada em contratos de arrendamento; Nota explicativa 6 - Contas a receber, incluindo "PECLD"; Nota explicativa 7 - Estoques, incluindo estoque de imóveis a comercializar; Nota explicativa 9 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; e Nota explicativa 11 - Imobilizado - estimativa da vida útil.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados na data do balanço:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Caixa e Bancos (conta corrente), Aplicações financeiras.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Empresa possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a certificado de depósito bancário com remuneração média entre 75% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº. 22.

6. Contas a receber: Os saldos de contas a receber estão assim demonstrados na data do balanço:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Contas a receber - serviços de engenharia, Clientes por incorporação de imóveis, Clientes por venda de imóveis, Contas a receber - serviços portuários, Clientes diversos/outros, (-) PECLD, (-) Ajuste a valor presente - AVP, Circulante, Não circulante.

A composição do contas a receber por faixa de vencimento é demonstrada como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Serviços executados a faturar, A vencer, Vencidos: De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, Acima de 90 dias.

Saldo no início do período (Montante (constituído) - revertido)

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo no início do período, Saldo no final do período.

Saldo no início do período (Montante (constituído) - revertido)

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo no início do período, Saldo no final do período.

7. Estoques - Imóveis a comercializar - Os Imóveis a comercializar de unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados conforme abaixo:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Imóveis a construir, Imóveis adquiridos de terceiros, Imóveis concluídos, Imóveis em construção, Outros, Circulante, Não circulante.

8. Transações com partes relacionadas - As transações com partes relacionadas referem-se basicamente de pelo direito a receber e a pagar de dividendos, juros sobre o capital próprio e mútuo e estão assim demonstradas na data do balanço:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Ativo, Outros, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo, Contas a pagar - partes relacionadas, Passivo circulante, Passivo não circulante.

A movimentação do mútuo é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldos em 31 de dezembro de 2020, Saldos em 31 de dezembro de 2021.

9. Depósitos judiciais e provisões para riscos: A Empresa, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível e trabalhista. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu em 31 de dezembro de 2022, provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A provisão para as causas classificadas como perdas prováveis podem ser demonstradas conforme segue:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Depósitos judiciais, Provisão para riscos, Total.

Em 31 de dezembro de 2022, a natureza das principais causas classificadas pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: (a) Trabalhistas - MIP Engenharia Ltda. - A Empresa possui provisão relativa a processos movidos por ex-empregados em que se reclamam verbas trabalhistas como horas extras e adicionais. Os depósitos judiciais foram exigidos para garantir uma futura execução das ações com sentença de mérito julgadas. Não foram exigidas garantias para execução das demais ações que não tiveram sentença de mérito julgadas. Os assessores jurídicos da Empresa julgam esses processos como prováveis de perda. Multilift Logística Ltda. - Os valores são referentes a ações trabalhistas envolvendo trabalhadores portuários avulsos (TPA's) registrados junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso nos Portos Organizados do

Porto de Vitória (OGMO-ES). (b) Previdenciárias - MIP Engenharia Ltda. - Em abril de 2009 a Empresa, através do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais - Sinduscon/MG ajudou a segurança alegando a inconstitucionalidade e ilegalidade da contribuição social sobre a parcela paga a título de aviso-prévio indenizado. De acordo com certidão emitida em 30 de novembro de 2017 pelo Tribunal Federal Regional da Primeira Região - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, o processo teve o seu trânsito e julgado em 07 de agosto de 2017 com o pedido de desistência do recurso extraordinário pela União homologado. Baseada nesta decisão a Empresa realizou a contabilização do estorno de todas as contingências relacionadas a este processo. 9.1. Passivos contingentes - possíveis de perda - Em 31 de dezembro de 2022 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados montantes decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 o montante era de R\$ 3.970 (em 31 de dezembro de 2021 o montante era de R\$ 3.810).

10. Investimentos em controladas e coligadas

Table with columns: Descrição, MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift, MIP Invest. Rows: Participação 31/12/2021, Participação 31/12/2022, Variação de part.

Table with columns: Descrição, MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift, MIP Invest, Total. Rows: Patrimônio líquido em 31/12/2020, Resultado de equivalência patrimonial, Integralização, Dividendos e JCP, AFAF, Reversão de tributos diferidos, Ajuste de reavaliação do tributo diferido, Patrimônio líquido em 31/12/2021, Resultado de equivalência patrimonial, Integralização, Dividendos e JCP, Perda dividendos desproporcionais, Efeito de Hedge de fluxo de caixa, Ajuste de conversão de moeda, Ajuste de avaliação patrimonial, Patrimônio líquido em 31/12/2022.

10.2. Movimentação dos investimentos em coligadas - Abaixo está evidenciada a movimentação dos saldos de investimentos em coligadas, conforme investimentos detidos pela controladas diretas da Companhia:

Table with columns: Descrição, Vida útil, 31/12/2020, Adições, Baixas, Transferências, 31/12/2021, Adições, Baixas, Transferências, 31/12/2022. Rows: Imobilizado - custo, Equipamentos (Leves, manuais, pesados), Veículos, Instrumentos de Engenharia, Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Beneficiárias, edificações e instalações, Outros, Total, Dep. Acumulada, Equipamentos (Leves, manuais, pesados), Veículos, Instrumentos de Engenharia, Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Beneficiárias, edificações e instalações, Outros, Total depreciação, Total imobilizado, 12. Intangível, Software, Outros, Gastos com desenvolvimento de projetos.

Durante o exercício, a controlada MIP Investimentos incorreu em gastos com desenvolvimento de projetos de geração de energia solar, para os quais já existe orçamento aprovado pela Administração para implementação e parecer de acesso para a realização das obras necessárias junto a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

13. Fornecedores

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Fornecedores, Provisões para fornecedores, Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A provisão de fornecedores é realizada pela Empresa a cada fechamento a partir de serviços que foram prestados pelos fornecedores e já medidos, mas ainda não faturados. A Administração da Empresa, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação dos saldos de provisão para fornecedores, procedeu à reclassificação de alguns saldos apresentados em suas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente publicadas em 08 de abril de 2022. As mudanças efetuadas não alteraram o total do passivo circulante nem não circulante da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: Index, Taxa anual, Vencimento, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Capital de Giro, FINAME, Operação 4131, Financiamento, Passivo Circulante, Passivo não circulante.

Os valores registrados no passivo circulante e não circulante referem-se a empréstimos para capital de giro remunerado às taxas que variam de 1,22% a 3,5% mais CDI e FINAME, com taxas que variam de 3,48% a 4,65%. Os contratos são realizados com avais da controladora e seus acionistas.

Saldos em 31 de dezembro de 2020

Table with columns: Saldo, Adições, Baixas, Saldo, Adições, Baixas, Saldo. Rows: Captação, Amortização do principal, Provisão de juros, Amortização de juros, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Captação, Amortização do principal, Provisão de juros, Variação cambial, Amortização de juros, Saldos em 31 de dezembro de 2022, Garantias contratuais - O Grupo possui ativos dados em garantia de suas operações de empréstimos e financiamentos. Estas garantias estão em forma de cash call de fundo corporativo.

15. Passivos de arrendamento - Os passivos de arrendamentos por direito de uso estão reconhecidos no passivo pelo valor presente dos seus pagamentos e evidênciação da taxa de desconto: a) Ativo de direito de uso

Table with columns: Saldo, Adições, Baixas, Saldo, Adições, Baixas, Saldo. Rows: Custo, Instalações, Equip de Informática, Amort. Acum., Equip de Informática, Total, Os passivos de arrendamentos por direito de uso estão reconhecidos no passivo pelo valor presente dos seus pagamentos e evidênciação da taxa de desconto:

Custo do passivo de arrendamento (-) Juros a apropriar

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Custo do passivo de arrendamento, (-) Juros a apropriar, Total, Circulante, Não circulante, A movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo final 2020 (reapresentado), Adições, Acréscimo de juros, Pagamentos de principal, Pagamento de juros, Saldo final 2021, Adições, Acréscimo de juros, Pagamentos de principal, Pagamento de juros, Saldo final 2022, Circulante, Não circulante, A taxa incremental adotada pela Administração do Grupo é fixa e específica para cada contrato. Para compor essa taxa é considerada a curva do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com base no prazo de cada um dos contratos e arrendamento (novos ou renovação) e adicionado um spread.

MIP Construtora, Multilift, MIP Invest, Total. Rows: Patrimônio líquido em 31.12.2020, Resultado de equivalência patrimonial, Aumento de capital, Venda de Investimento, Ajuste conversão de moeda, AFAF, Compra de investimento, Patrimônio líquido em 31.12.2021, Resultado de equivalência patrimonial, Aumento de capital, Ajuste conversão de moeda, AFAF, Compra de investimento, Patrimônio líquido em 31.12.2022, Provisão para perda com investimentos, Investimento passivo, líquido, Posição em 31/12/2022, Provisão para perda com investimentos, Investimento passivo, líquido.

Table with columns: MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift, MIP Investimentos. Rows: % Participação, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Minoritário.

Table with columns: MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift, MIP Investimentos. Rows: % Participação, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Minoritário.

Table with columns: MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift, MIP Investimentos. Rows: % Participação, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Minoritário.

Os investimentos em coligadas e joint-venture não são individualmente materiais e assim não foi julgado relevante a divulgação das informações financeiras resumidas sobre tais investimentos

11. Imobilizado - A movimentação do imobilizado está assim apresentada:

Table with columns: 31/12/2021, Adições, Baixas, Transferências, 31/12/2022, Adições, Baixas, Transferências, 31/12/2022. Rows: Depreciação, Baixas, Transferências, 31/12/2021, Adições, Baixas, Transferências, 21/12/2022.

Table with columns: Tipo de arrendamento, Taxa incremental (CDI+), Saldo em 31.12.2022. Rows: MIP, Engenharia, MIP, Engenharia, Multilift, Terreno, Multilift, Terreno, MIP, Construtora, imóveis.

Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Table with columns: Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: 2022, 2023, Após 2024, Saldo do passivo de arrendamento.

16. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 101.606 (R\$101.606 em 31 de dezembro de 2021), composto de 66.721.870 ações ordinárias (66.721.870 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de lucro - b.1) Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 3.711 (R\$ 3.333 em 31 de dezembro de 2021). b.2) Reserva de retenção de lucros - São reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, como previsto pelo § 4º do artigo nº 182 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de retenção de lucros o valor de R\$ 103.318 (R\$ 95.618 em 31 de dezembro de 2021). c) Reserva de reavaliação reflexa - Os efeitos reflexos decorrentes dos ajustes do custo atribuído aos ativos imobilizados das Empresas controladas que reconheceram a Reserva de ajuste de avaliação patrimonial em suas respectivas demonstrações de patrimônio líquido. d) Reserva de capital - Recursos acumulados no patrimônio líquido que visam manter a integridade do capital social, garantir a realização de investimentos com recursos próprios ou no aumento do capital. e) Dividendos e juros sobre capital próprio - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é feita concomitante com um passivo nas Demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, permanecendo até a aprovação no Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante) O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Dividendos e JCP, MIP Construtora Ltda., MIP Engenharia Ltda., MIP Investimentos e Participações Ltda., Multilift Logística Ltda.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Dividendos a pagar, Passivo circulante, Passivo não circulante, A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Lucrio líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%), Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos mínimos obrigatórios (10%), 17. Receitas - As receitas do Grupo MIP podem ser evidenciadas abaixo:

Table with columns: Receita por controlada, 2022, 2021. Rows: MIP Engenharia Ltda., Receita de serviços prestados, Impostos sobre serviços prestados, MIP Construtora Ltda., Receita com incorporação, Receita com imóveis vendidos, Outras receitas, Distratos/descontos concedidos, Impostos incidentes sobre vendas, Multilift Logística Ltda., Operações Portuárias-mercado interno, Serviços de Terminal e Armazenagem, Aluguel de Maq. Equip. s/ mão de obra, Transporte de Carga, (-) Vendas canceladas, (-) Impostos sobre serviços prestados, Receita Bruta, Deduções de receita, Receita líquida.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo em 31/12/2020, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2021, Distribuição, Pagamento, Saldo em 31/12/2022, O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

18. Custo de construção e serviços prestados

Os custos estão segmentados nas seguintes rubricas:

Table with columns: Rubrica, 2022, 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Rows include Custos de construção, Gastos com pessoal, Gastos com serviços, etc.

19. Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas nas seguintes rubricas:

Table with columns: Rubrica, 2022, 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Rows include Gastos com pessoal, Despesas com serviços, Depreciação e amortização, etc.

20. Resultado financeiro, líquido

Table with columns: Rubrica, 2022, 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Rows include Rendimentos, Atualizações monetárias, Variações Monetárias, etc.

21. Tributos sobre o lucro - a. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota efetiva e a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentada a seguir:

Table with columns: Rubrica, 31/12/2022, 31/12/2021, Consolidado 31/12/2022, Consolidado 31/12/2021. Rows include Lucro antes dos impostos, Alíquota combinada de IRPJ e CSLL, etc.

b. Tributos diferidos - A composição dos tributos diferidos é como segue:

Table with columns: Rubrica, 31/12/2022, 31/12/2021, Consolidado 31/12/2022, Consolidado 31/12/2021. Rows include Ativo diferido, Passivo diferido, Base de cálculo líquida, etc.

22. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos. A Empresa efetua captações na modalidade 4131, onde contrató dívidas em dólar norte americano com os bancos Itaú e Bradesco no montante de US\$ 14.253 convertidos em R\$ 70,9 mil e com vencimentos até janeiro de 2025. Nas datas de fechamento da captação, contrato instrumento derivativo swap que substitui a exposição a variação do dólar do empréstimo contratado por uma exposição ao CDI mais spread com finalidade exclusiva de proteção (hedge) em relação a variações cambiais. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais e dólar futuro até o vencimento, e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes. Os efeitos contábeis dessa transação estão descritos a seguir:

Table with columns: Instrumento, Operação, Vencimento, Ponta, Principal, Moeda, Taxa Anual, Saldo pelo valor justo. Rows include Contrato de Swap, Contrato de Swap, etc.

23. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindo do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos visando substituir exposições decorrentes de dívidas em dólar sujeitas a taxas pré-fixadas para uma exposição de dívida em real indexado ao CDI. Os instrumentos financeiros operados pela Empresa têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo. O Grupo não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos. Hierarquia de valor justo - A Companhia considera como "valor justo" o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pagamento para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos e os riscos inerentes das entradas para o critério de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para a recorrente mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Administração utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso de dados não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes: Nível 1, Mercado ativo; preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento; Nível 2, Sem mercado ativo; Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais; Nível 3, Sem mercado ativo; instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimen-

tos destes instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço. Principais instrumentos financeiros contratados por categoria, assim como os respectivos valores justos

Table with columns: Rubrica, Valor contábil, Valor justo, Custos amortizado. Rows include Empréstimos, financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos, Passivo de arrendamento, Mútuo com acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de risco e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração da Companhia, através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos específicos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Para o caso de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS/CP48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

Table with columns: Rubrica, 31/12/2022, 31/12/2021, Consolidado 31/12/2022, Consolidado 31/12/2021. Rows include Contas a receber, Partes relacionadas, Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa - A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 94.351 em 31 de dezembro de 2022 (2021: R\$ 69.641), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A Companhia mantém transações com instituições financeiras definidas em política financeira interna. Contas a receber - O risco de crédito para empréstimos e recebíveis é avaliado ao longo do prazo. O risco de crédito do cliente é reduzido em função da característica da área de atuação, pois as faturas são emitidas e medições reconhecidas somente após a aprovação formal do cliente. A Companhia possui um bom histórico de recebimento, não tendo títulos vencidos. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais.

Menos de um ano, Entre um e dois anos, Acima de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2022, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Partes relacionadas, Passivo de arrendamento, Outros contas a pagar, Adiantamento de Clientes, Dividendos a pagar, Instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Partes relacionadas, Passivo de arrendamento, Outros contas a pagar, Adiantamento de Clientes, Dividendos a pagar, Instrumentos financeiros derivativos.

Moeda estrangeira

Operação 4131 Total

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Operação 4131, Total.

O Grupo utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos de swaps de câmbio (ativo) e taxa de juros (passivo) para proteger-se contra eventuais riscos de taxa de câmbio, em conexão com a operação de empréstimos contraída em moeda estrangeira, conforme mencionado à nota explicativa 13. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 14.082. Em decorrência das operações de derivativo supracitadas a Empresa não possui uma exposição relevante de operações com instrumentos financeiros, ativos ou passivos, em moeda estrangeira.

Table with columns: Indexador, Posição em 31/12/2022 (R\$), Posição em 31/12/2021 (R\$), Total. Rows include Vencimento, Posição ativa, Posição passiva.

Instrumentos financeiros derivativos: Passivo, Contratos de Swap, Designado como hedge de fluxo de caixa - marcação a mercado, Não designado como hedge de fluxo de caixa - marcação a mercado, Líquido dentro preta ativa e passiva.

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Table with columns: Rubrica, 2022, 2021. Rows include Saldo no início do exercício, Ganho / (Perda) - resultado, Ganho / (Perda) - PL, Liquidação - recebimento / (pagamento), Saldo no final do exercício.

Risco de taxa de juros - Na data das Demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia sujeitos a variações monetárias eram empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Análise de sensibilidade - O principal risco atrelado às operações da Companhia está vinculado à variação do CDI para aplicações financeiras. As aplicações financeiras indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador às aplicações financeiras as quais a Empresa estava exposta em 31 de dezembro de 2022, foram definidos, com base em projeções de mercado, três cenários diferentes: (I) Mais Provável utilizando indicadores base: (II) com variação de 50% da base e (III) com variação de 25% da base; incluindo duas projeções de indicadores (a) taxa de 12,38% a.a. de CDI, a qual está diretamente atrelada à taxa Selic, para aplicação financeira, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos, e (b) o Dólar a R\$ 5,2177 para os instrumentos financeiros derivativos. A partir desse contexto, foram elaborados mais dois cenários sobre os instrumentos financeiros derivativos, sendo o primeiro (IV) com variação negativa de 50% e o segundo (V) com variação negativa de 25%, ambos referenciados no Cenário (I) Mais Provável. A exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 ao CDI é como segue:

Table with columns: Rubrica, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamento, Mútuo com pessoa física, Arrendamentos passivos, Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2022.

Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamento, Mútuo com pessoa física, Arrendamentos passivos, Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2021.

Table with columns: Rubrica, Risco, Cenário Provável I, II, III, Cenário 12,38%, 15,48%, 18,57%. Rows include Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2022, Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2021.

Table with columns: Rubrica, Valor expostos em 31 de dezembro de 2022, Dólar CDI, 25%, 50%, 25%, 50%. Rows include Risco, Derivativo não designado como hedge accounting, Swap juros/moeda designado como hedge fluxo de caixa, etc.

Table with columns: Rubrica, Valor expostos em 31 de dezembro de 2022, Dólar CDI, 25%, 50%, 25%, 50%. Rows include Swap juros/moeda designado como hedge fluxo de caixa, Derivativo designado hedge accounting, Swap juros/moeda designado como hedge fluxo de caixa, etc.

Gestão de capital - A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos, mais as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano.

24. Cobertura de seguros - A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Table with columns: Itens, Tipo de cobertura, Data de Vigência, Importância Segurada. Rows include Seguro Compreensivo para Operadores Portuários, Seguro de Imóvel, Seguro Garantia, Seguro Frota, Seguro Compreensivo da atividade fim, Seguro de Imóvel, Seguro Equipamento.

25. Eventos subsequentes - a) Decisão do STF sobre "coisa julgada" - Em decisão tomada no dia 08 de fevereiro de 2023, por maioria simples, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. Exceto pelo evento subsequente mencionado acima, a Administração confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Table with columns: Conselho de Administração, Diretoria Executiva. Rows include Conselho de Administração, Diretoria Executiva.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da MIP Holding S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MIP Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MIP Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Recitas de incorporação imobiliária - Conforme descrito na nota explicativa 3.10.2, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SEP/n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.

Daniel Cruz Arantes Campos, Contador, CRC MG-091263/O

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., CRC SP-015199/O

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2B3A-DD73-491F-55F5.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B3A-DD73-491F-55F5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B3A-DD73-491F-55F5



### Hash do Documento

Id+FcG6i2mCnhuBlnpXzwBuPa0Xq5kLuzbUmHAzUB8c=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 19/04/2023 22:01 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

